

AS MULHERES NO EXÍLIO A PARTIR DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEEX) DO BRASIL

Eloisa Rosalen
Doutoranda em História
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: rosalaneloisa@gmail.com

Resumo: Em 1966, foi criado pelo governo brasileiro o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), cujo a finalidade era de vigiar, monitorar e seguir as exiladas e os exilados que viviam no exterior (PENNA, 2009, p. 46). De modo geral, o CIEEx “foi uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty” e, hierarquicamente, estava subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI) (PENNA, 2009, p. 47). A partir desta instituição, foram difundidas informações entre os órgãos do governo sobre exiladas e exilados, totalizando um número de 8.147 informes, entre os anos de 1966 e 1986 (PENNA, 2008, p. 90). Tais documentos oferecem elementos importantes para pensar sobre a presença de mulheres, sob o ângulo da participação, nas militâncias políticas no exterior, bem como algumas estratégias repressivas permeadas pelo gênero. Nesse sentido, a partir dos informes produzidos pelo CIEEx, busco pensar de que maneira o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) percebia as mulheres exiladas durante os anos da ditadura brasileira (1964-1985). A ideia consiste em refletir acerca das militâncias políticas, ligadas tanto ao feminismo, de resistência/luta contra a ditadura e aos projetos revolucionários, quanto às imagens de esposas, amantes, e subversivas, atribuídas às mulheres por meio dos documentos produzidos pelo CIEEx. Sobretudo, foi realizado um mapeamento sobre as militâncias de homens e mulheres durante os anos de exílio, suas transformações, e a maneira com o Centro via as mulheres e o que era (ou não) percebido com relação ao feminismo. Como teoria e metodologia, utilizo as discussões provenientes da história das mulheres e dos estudos de gênero e as contribuições que envolvem a pesquisa história onomástica; questões discutidas respectivamente por Joan W. Scott, Thomas Lacquer, Teresa de Lauretis e Carlo Ginzburg. De modo geral, os resultados demonstraram possibilidades futuras de pesquisa, como a demarcação de posições de sujeitos em determinados espaços/tempo a partir dos registros, o levantamento de nomes de ativistas para possíveis contatos/ entrevistas, e maneira como o CIEEx focava sua vigilância em determinados sujeitos ou via mulheres e suas militâncias durante o exílio da ditadura brasileira.

Palavras-chaves: Mulheres brasileiras; exílio da ditadura brasileira; CIEEx.

Introdução

Com este texto, busco pensar de que maneira o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) percebia as mulheres exiladas durante os anos da ditadura brasileira (1964-1985). A ideia consiste em refletir acerca das militâncias políticas, ligadas tanto ao feminismo, de resistência/luta contra a ditadura e aos projetos revolucionários, quanto às imagens de

esposas, amantes, e subversivas, atribuídas às mulheres por meio dos documentos produzidos pelo CIEEx. Os informes produzidos pelo CIEEx oferecem elementos importantes para pensar sobre a presença de mulheres, a participação nas militâncias políticas no exterior e algumas estratégias repressivas que foram permeadas pelo gênero. Sobretudo, foi realizado um mapeamento sobre as militâncias de homens e mulheres durante os anos de exílio, suas transformações, e a maneira com o Centro via as mulheres e o que era (ou não) percebido com relação ao feminismo. Como teoria e metodologia, utilizo as discussões provenientes da história das mulheres e dos estudos de gênero e as contribuições que envolvem a pesquisa história onomástica; questões discutidas respectivamente por Joan W. Scott, Thomas Lacquer, Teresa de Lauretis e Carlo Ginzburg.

O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) foi criado pelo governo brasileiro no ano de 1966 com a finalidade de vigiar, monitorar e seguir as exiladas e os exilados que viviam no exterior (PENNA, 2009, p. 46). De modo geral, o CIEEx “foi uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty” e, hierarquicamente, estava subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI)¹ (PENNA, 2009, p. 47). Provenientes do exterior, a partir deste Centro, foram difundidas informações entre os órgãos do governo sobre exiladas e exilados, totalizando um número de 8.147 informes², entre os anos de 1966 e 1986 (PENNA, 2008, p. 90). Como demonstrado por Penna Filho (2008), os documentos indicam tanto o comprometimento do Itamaraty com a ditadura, quanto seus objetivos e funções ao longo dos anos de produções de informes, transformando seu interesse com os exilados para os de análises de conjuntura (PENNA, 2008, p. 86-87).

A iniciativa de utilizar os informes produzidos pelo CIEEx deu-se em virtude de um levantamento bibliográfico realizado recentemente, que indicou a necessidade de ampliação das fontes, para além da utilização das memórias; de pensar os jogos de escala ao considerar

¹ Segundo Carlos Fico, o CIEEx é apenas um dos órgãos de origem de informes que contribui para o SISNI (Sistema Nacional de Informações). Durante a ditadura brasileira existiam “Divisões de Segurança e Informações” em diferentes instituições governamentais (como o Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, entre outros) a partir das quais ocorriam trocas de informações. O núcleo central de todas as instituições repressivas era o SNI (FICO, 2001, p. 83). Por outro lado, conforme o autor, os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores (MRE) e do Interior diferem-se dos demais pela constituição de órgãos próprios de informações, como o CIEEx (Centro de Informações do Exterior) do MRE. (FICO, 2001, p. 85). Acerca da comunidade de informações organizadas e estruturada durante a ditadura militar, ver FICO, 2001.

² O número de 8.147 informes é absoluto, isto é, nem todos estes informes são referentes aos exilados e exiladas.

o exílio tanto em seu caráter específico quanto geral, próximo as migrações (como pensar, a partir das redes, tanto as denúncias políticas quanto aspectos práticos para a sobrevivência); e de constituir ferramentas práticas pelas quais consiga mensurar - qualitativamente e quantitativamente - os recursos utilizados e constituídos que facilitaram o exílio, como o relacionado ao gênero (CORAZA DE LOS SANTOS, 2015; SZNAJDER; RONIGER, 2013) . Ademais, conforme Jensen, o acesso às fontes policiais e de inteligência militar, como o Arquivo do Ministério da Justiça e do Estado do Rio de Janeiro, utilizadas aqui, podem somar e tornar mais complexas as leituras e análises sobre exílio, em relação àquelas “más extendidas y muy centradas en la perspectiva de los protagonistas y en el rescate de sus memorias vía entrevistas personales” (JENSEN, 2011, p. 14).

Tais discussões me moveram, inicialmente, a pensar o silenciamentos em relação às mulheres exiladas, suas histórias e suas trajetórias de militância durante o exílio e que tipo de preocupações os órgãos da repressão brasileira tiveram com relação ao movimento feminista e/ou de mulheres e, de modo geral, com as mulheres. Sobretudo, partindo da ideia, como Joan Scott sinalizou, que “A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada, mas não foi estudada a fundo” (SCOTT, 1995, p. 90). Nesse sentido, o que busco aqui é apresentar como as mulheres foram objetos do CIEEx, uma das muitas instituições da ditadura brasileira e, em pesquisa futura, como estes sujeitos se constituíram em relação ou oposição ao sistema de vigilância existente. Além disso, perceber as mulheres também diz respeito a considerar as relações hierárquias às quais elas estavam colocadas e como gênero estava atravessando o monitoramento das exiladas e exilados no exterior.

O recorte temporal escolhido especificamente para este texto foi de 1973 até 1979. O ponto de partida se deu em virtude do golpe do Chile em 1973 e da possibilidade de encontrar um maior número de mulheres durante este período uma vez que, conforme Marcelo Ridenti anunciou, existia um envolvimento maior das mulheres a partir dos anos de 1966 e 1968, provenientes, sobretudo, do movimento estudantil e da luta armada (RIDENTI, 2010, p. 198). O que significou partidas aos exílios mais recorrentes desses sujeitos durante e posteriormente ao período assinalado pelo autor. Também contempla tanto a primeira quanto a segunda geração de exílio e especifica um momento de rupturas maiores aos exilados destinarem-se à Europa (ROLLEMBERG, 2002). Por último, busca dar atenção ao momento da emergência e

da existência dos grupos de consciências³ organizados no exterior (ABREU, 2014; BACK, 2010; COSTA, et al, 1980; PEDRO; WOLFF, 2007). Já, o final foi escolhido em virtude da Lei de Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, que culminou com o início de retornos ao Brasil e o declínio de informes que tinham como objeto mulheres e homens exilados.

Os eixos de análise foram divididos em dois grandes aspectos: 1º) levantamento quantitativo a partir dos nomes, no qual é possível perceber o número de homens e mulheres citados no texto e no índice dos informes; 2º) refletir sobre a maneira ou forma como os informes registram as mulheres exiladas e o movimento de mulheres e/ou feminista. As principais perguntas aqui são: Como os militares estavam “criando” ou “inventando” os homens e as mulheres em seus informes? Quais são as diferenças percebidas? Quais foram os principais sujeitos que foram objetos dos informes? Que regulações normativas foram utilizadas como base ao olhar para estes sujeitos? Quais tipos de movimentos eram objetivos privilegiados dos informes do CIEEx?

Qual é o gênero representado nos informes do CIEEx?

A partir dos informes emitidos pelo CIEEx, entre 1973 até 1979, realizei um mapeamento quantitativo a fim de demarcar quais sujeitos e quais aspectos eram registrados nestes documentos. Tal mapeamento foi organizado e realizado a partir do nome de mulheres e homens citados ao longo do período recortado. A partir do nome também buscarei mapear as principais mulheres citadas e suas militâncias políticas durante o exílio e destacarei sobre a maneira como as mulheres eram objetos (ou não) dos informes.

Como sugerido por Carlos Ginzburg, o fio condutor que me guiou “dentro do labirinto documental foi aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174). O nome não só permite as distinções de um indivíduo, assim como “reconstruir o entrelaçamento de diversas conjunturas” e a composição de uma malha fina, que permite a imagem gráfica do tecido social no qual o indivíduo está inserido (GINZBURG, 1989, p. 174-175); isso tudo, como Ginzburg sugere,

³ Os grupos de consciência emergiram a partir de meados dos anos 60, nos Estados Unidos, onde mulheres passaram a discutir sobre as suas próprias vidas (PEDRO; WOLFF, 2007). A formação de grupos de consciência aconteceu em diversos países, inclusive no Brasil, entre as mulheres exiladas, como o grupo *Nosotras, Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, e um grupo de mulheres em Portugal, que produziu o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Para saber mais, ver: ABREU, 2014; PEDRO; WOLFF, 2007 e COSTA, et al; 1980.

inclusive para “indivíduos que pertençam a estratos sociais de elevada mobilidade geográfica” (GINZBURG, 1989, p. 175), como os sujeitos que são alvo de minha pesquisa. A partir de Ginzburg, é possível perceber a nomeação como uma referência social passível de ser buscada/ pesquisada e localizada em diferentes esferas e posições, como aqui realizado a partir dos informes. Tal ideia permite, apesar de consideráveis diferenças entre os autores, a partir da localização dos nomes em espaços/tempos, perceber também as diferentes posições de cada sujeito (HALL, 2015) ao longo de determinado período.

As denominações comuns, aceitáveis e “agradáveis” aos sujeitos são adotadas em diferentes sociedades e tempos. Os nomes são, sobretudo, gendrados; muitas vezes, atribuídos a partir do nascimento dentro do sistema de sexo/gênero⁴ e carregados de expectativas (e determinismos) sociais com relação às práticas futuras e à vida em sociedade que determinado sujeito deve ter a partir de imputações de gênero. O nome é a primeira forma de dar significado aos corpos e o relaciona de maneira direta a futuras e esperadas identidades de gênero. Também, no Brasil, carrega uma grande importância uma vez que, diferente de outras sociedades em que prevalece o sobrenome, é a partir dele que a pessoa é denominada/ chamada/identificada⁵.

Usando os nomes como fio condutor, e o fato de serem gendrados, realizei um levantamento quantitativo e qualitativo nos informes do CIEEx. Tal levantamento foi organizado em função das citações dos nomes no índice e no texto dos informes⁶. A partir de nomes

⁴ Thomas Laqueur em seu livro *A Invenção do Sexo* afirma que o gênero constituiu o sexo; isto é, até o século XVIII havia o registro de um sexo único, sendo o masculino, e a partir do qual a “mulher” era considerada incompleta/invertida. Foi a partir deste período que foram reforçadas as diferenças e passou-se a registrar dois sexos, sobretudo, a partir das relações de gênero pré-existentes. Para saber mais, ver LAQUEUR, 2001. Nesse sentido, toda a base de construção do “sexo” está pautada nas relações sociais de gênero presentes em nossa sociedade, o que constitui um sistema de sexo-gênero que “é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 212).

⁵ Sobretudo, a mudança do nome é uma das principais demandas das pessoas transgênero no Brasil, o que culminou com a possibilidade de utilização do nome social, que hoje é aceita em diferentes instituições públicas brasileiras.

⁶ Um informe do CIEEX é estruturado da seguinte forma: um cabeçalho com “Número do informe”, “Data”, “Natureza”, “Avaliação” (a classificação da confiabilidade do informe), “Referência” (a relação com outros documentos ou informes), “Data de obtenção do Informe”, “Difusão” (os órgãos da ditadura no qual circulou as informações) e “Índice” (uma espécie de título que resume o que era apresentado no texto); um texto mais detalhado, no qual aparecem os nomes dos envolvidos no informe em destaque; e um carimbo de classificação do documento em relação a disponibilidade de consulta, como “Secreto” ou “Ultra Secreto”. O levantamento

citados, foi possível perceber: um mapeamento das principais mulheres citadas; a comparação entre a quantidade de mulheres e homens alvos de vigilância pelo Centro; a maneira como as mulheres e os homens são vistos pelo Centro; um mapeamento de nomes de algumas mulheres militantes, que podem ser cruzadas com publicações ou não de memórias; e a maneira como o CIEEx percebia o feminismo e/ou movimento de mulheres. Todos estes aspectos serão vistos a seguir.

De modo geral, o levantamento realizado deu-se por meio de registro em tabelas de todos os nomes citados, o que culminou com a consulta a 2.725 informes. Após o registro, realizei a distribuição dos nomes a partir de gênero, cálculo e registro por ano. Todos os nomes levantados/selecionados para a cálculo são de sujeitos brasileiros que não possuíam envolvimento direto com órgãos da repressão brasileira, isto é, embaixadores, ministros ou militares não foram alocados nas tabelas. Em algumas situações de distribuição, dúvidas surgiram: quando o gênero não era identificado no texto, e havia dúvidas sobre a melhor distribuição, os nomes foram alocados em indefinidos; quando havia dúvidas quanto a nacionalidade, os nomes não foram considerados ou alocados. Proporcionalmente, os casos de dúvidas foram muito menores em relação aos de fácil distribuição.

No que diz respeito à quantidade de nomes citados no índice dos informes durante o período recortado, pude constatar que os nomes de mulheres citadas representam apenas 10,46% das ocorrências de nomes-objetos dos informes; por sua vez, os nomes de homens foram 89,43% dos nomes apresentados no índice, conforme pode ser visto na Planilha 1. Apenas 0,11% dos registros foram classificados como indefinidos. Nos dados coletados em relação ao índice, as variações ao longo dos anos não foram muito grandes, exceto para o ano de 1978 que teve uma redução drástica de informes, o que significou a ausência de registro de nomes de mulheres. Cabe também sinalizar que se tratam de números absolutos, isto é, dados citados independentemente da quantidade de repetições. Os dados sintetizados e seus respectivos percentuais por ano podem ser vistos abaixo, na Planilha 1.

Planilha 1 - Quantidade de Mulheres e Homens Citados no Índice durante os anos de 1973 até 1979

que organizei aqui se pautou somente nos nomes de brasileiros e brasileiras citados no Índice e no Texto do Informe. O cruzamento com os outros dados dos Informes será alvo de trabalhos futuros.

Anos	Nº de Informes	Citados no Índice			Totais por ano	Percentual		
		Mulheres	Homens	Indefinidos		Mulheres	Homens	Indefinidos
1973	653	21	171	1	193	10,88	88,60	0,52
1974	626	17	145	0	162	10,49	89,51	0,00
1975	366	6	54	0	60	10,00	90,00	0,00
1976	463	31	259	0	290	10,69	89,31	0,00
1977	338	12	109	0	121	9,92	90,08	0,00
1978	28	0	7	0	7	0,00	100,00	0,00
1979	251	4	33	0	37	10,81	89,19	0,00
Totais	2725	91	778	1	870	10,46	89,43	0,11

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Informes do CIEEx de 1973 até 1979

No que tange à quantidade de nomes citadas no texto dos informes, os dados são bastante diferentes daqueles acima, uma vez que possuem variações com relação aos anos e a quantidade. Esta situação está atrelada a alguns documentos especiais em determinados momentos. Conforme pode ser visto na Planilha 2, os nomes de mulheres e homens citados nos 2.725 informes teve um percentual, respectivamente, de 17,78% e 81,67%. Nestes eixo de análise apenas 0,55% dos nomes citados foram considerados como indefinidos.

Como pode ser percebido, os registros de mulheres citadas aumentaram significativamente do que foi encontrado no índice dos informes, o que assinala uma presença maior de mulheres na comunidade de exiladas. A diferença de inventariação se deu por diferentes motivos: o primeiro está relacionado com os registros das listas (que serão melhor explicados abaixo) e das reuniões, com mais detalhes e mais nomes das mulheres independente de uma vigilância específicas às elas; os objetos alvos dos informes do CIEEx - isto é, dos índices - eram em sua maioria homens, por os considerarem mais importantes dentro das organizações/grupos políticos ou nas comunidades de exilados.

Planilha 2 - Quantidade de Mulheres e Homens Citados no Texto durante os anos de 1973 até 1979

Anos	Nº de Informes	Citados no Texto			Totais por ano	Percentual		
		Mulheres	Homens	Indefinidos		Mulheres	Homens	Indefinidos
1973	653	320	1126	9	1455	21,99	77,39	0,62
1974	626	166	720	8	894	18,57	80,54	0,89
1975	366	43	296	4	343	12,54	86,30	1,17
1976	463	122	707	0	829	14,72	85,28	0,00
1977	338	50	324	1	375	13,33	86,40	0,27
1978	28	2	12	0	14	14,29	85,71	0,00
1979	251	10	90	0	100	10,00	90,00	0,00

Totais	2725	713	3275	22	4010	17,78	81,67	0,55
---------------	-------------	------------	-------------	-----------	------	--------------	--------------	-------------

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Informes do CIEEX durante os anos de 1973 até 1979

À primeira vista, os dados podem representar que na comunidade exilada existia um número maior de homens em relação ao de mulheres. Da mesma forma, também é possível pensar, de modo geral, que existia um ativismo maior de homens, e que isto significou de maneira direta um maior registro destes sujeitos como objetos dos informes durante este período. No entanto, esta ideia não parece corresponder, já que o que são apresentados aqui são os registros elaborados a partir do CIEEX, demarcados pela maneira de como conseguiram informações e a maneira como os sujeitos exilados eram percebidos. Os dados não representam as dinâmicas na comunidade ou a quantidade de pessoas dentro dela, mas o que os agentes da repressão, infiltrados nela, registravam a partir da sua perspectiva. Isto é, seus registros apresentam muito mais o que pensava ou como agia a vigilância, do que como era o grupo de exilados no exterior. Sobretudo, registram um maior número de homens em função de seus contatos e por serem considerados agentes de práticas políticas que ameaçavam diretamente a ditadura.

Como pode ser visto acima, foram encontrados números mais elevados de mulheres em anos de 1973 e de 1974. Tal situação ocorreu porque nestes documentos encontram-se as listas de sujeitos que deixaram o Chile, como listas de salvo-condutos ou pessoas que estiveram nas diferentes embaixadas evacuadas. Nelas, o número de mulheres citadas é muito maior em razão de incluí-las independente de uma vigilância específica às suas rotinas ou suas militâncias cotidianas. Nesse sentido, as listas demonstram que a presença de mulheres era maior do que aquelas que eram alvo direto da vigilância do CIEEX.

Os dados mapeados e organizados a partir da citação no texto dos informes não estão muito distantes daqueles sistematizados por Marcelo Ridenti, a respeito da participação de mulheres em grupos de esquerda (e resistência à ditadura) durante a ditadura brasileira. Tal autor, que verificou os processos judiciais no projeto “Brasil Nunca Mais”, assinala que, dos 4.124 processados das esquerdas, 84% dos sujeitos processados eram homens. No entanto, esta aproximação, realizada aqui, não leva em consideração as condições de gênero e não assinalaria as potenciais diferenças entre os documentos. Por exemplo, os registros realizados por Ridenti estão pautados nos processos crimes procedidos pelas ditaduras, que documentam

as relações/ações diretas com algum grupo da esquerda; já os informes do CIEEx, a partir da perspectiva das pessoas infiltradas, apresentaram uma variação maior em relação às atribuições/adjetivação das mulheres. Esse aspecto será melhor observado no próximo tópico.

Como as mulheres foram registradas nos informes do CIEEx?

Delimitar o número de mulheres citadas em relação aos homens não responde de que maneira o CIEEx registrava as mulheres e suas militâncias durante o exílio. Para tanto, cabe apresentar os principais nomes levantados, sob que circunstâncias as mulheres são citadas, e o que é citado sobre o feminismo ou suas práticas, como militâncias e/ou suas relações.

Dentre os 2.725 informes visualizados no período recortado, apenas 88 deles tiveram como objeto mulheres (exclusivos ou divididos com companheiros ou companheiras), isto é, temas do índice. Foram citados 59 nomes, em 91 citações diferentes. Os principais nomes citados foram: Zillah Murgel Branco, apontada 16 vezes no índice; Rosemary de Souza Gomes, citada 3 vezes; Maria Nazareth Cunha da Rocha, citada 4 vezes; Maria Lúcia Lepecki, citada 3 vezes; e Maria do Carmo Brito (bastante conhecida por ter tido suas memórias publicadas), citada 4 vezes. Além daquelas citados acima, os demais nomes de mulheres foram citados apenas 1 ou 2 vezes e não serão elencados aqui em virtude do curto espaço.

Com o levantamento quantitativo dos nomes de mulheres mais citados emergiu, exceto o nome de Maria do Carmo Brito, a identificação de determinadas ativistas, que muitas vezes não foram consideradas em suas trajetórias e experiências na escrita da história sobre o exílio. Também, com este levantamento, foi possível mapear mulheres que já faleceram e que não deixaram memórias escritas, como Maria Lúcia Lepecki⁷ e Maria Nazareth Cunha da Rocha; ou nomes completamente desconhecidos, sobre os quais até o momento não foram encontradas referências, como de Rosemary de Souza Gomes.

Como sugerido por Penna, após identificados os nomes das principais ativistas citadas, seria interessante tentar localizá-las e entrevistá-las (PENNA, 2008, p. 89-90). Para tanto, a partir dos índices dos informes, produzi uma listagem com os nomes das principais mulheres

⁷ Sobre Maria Lúcia Lepecki tenho dúvidas se era ou não exilada da ditadura brasileira. Não encontrei muitas informações a seu respeito, somente que era professora na Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa. Para o desenvolvimento da pesquisa será necessário levantar mais informações.

citadas na tentativa de mapeá-las e de contatá-las. Esta ideia, já iniciada, será alvo da minha tese de doutorado, que vem sendo realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e da produção de textos futuros. No entanto, cabe sinalizar aqui que já conversei com três mulheres citadas no índice e duas citadas no texto dos informes do CIEx.

Os 59 nomes nos 88 informes apresentaram também informações sobre a maneira como foram percebidas as mulheres e suas militâncias. De modo geral, os registros trouxeram informações das mais variadas, como: a) publicações de denúncia à ditadura brasileira realizadas por elas; b) registros de presenças físicas, por exemplo em Portugal e no Chile, ou apontamentos de viagens, alguns supostamente a mando/pedido de seus companheiros, outras como “correio consciente”⁸; c) concessão de passaporte ou de documento de nacionalidade; d) antecedentes ou qualificações da pessoa nominada e fichas (com informações pessoais, como nome dos genitores, data de nascimento, informações de espaços de militância ou em quais países supostamente viveu, entre outros aspectos); e e) detenções, por diferentes motivos, como evasão de divisas, “subversão”, entre outros.

Os adjetivos ou as qualificações utilizadas nos informes para designá-las também variaram bastante e, muitas vezes, se sobrepuseram criando a imagem de mulheres multifacetadas e com diferentes funções/ atribuições. As variações foram desde atribuições aos seus trabalhos ou suas militâncias, como “professora”, “pianista”, “estudante”, “subversiva”, “marginada”, “ativista”, e “líder estudantil”; ou categorias as quais pertenciam, como “cidadã”, “brasileira”, “asilada”, e “refugiada”; ou, ainda, a partir de relações de afeto, como “mãe”, “esposa”, e “amante”. Cabe destacar que foi encontrado um informe, n° 270/1973, onde foram registradas características físicas raciais, de “Maria de Fátima Ribeiro Araújo”, atribuindo-lhe a cor “mulata”⁹. De modo geral, existiu um alinhamento entre o que o CIEx conhecia sobre a pessoa informada e o adjetivo utilizado no informe pois, por exemplo, quando eram solicitados antecedentes para que determinada pessoa pudesse trabalhar na

⁸ Termo utilizado no informe n° 532/1974 ao se referir à Marise Pimenta Borem e a sua função de realizar viagens e conversar com determinadas pessoas como uma espécie de “correio” mas o fazendo de forma consciente.

⁹ Lelia Gonzalez esboça que a construção do mito da democracia racial no Brasil traz consigo noções das mulheres negras, como o da mulata, da doméstica e da mãe preta. O termo “mulata” traz consigo estereótipos racistas atrelados ao carnaval e à hipersexualização. (GONZALEZ, 1984).

embaixada o adjetivo utilizado era de “cidadã” ou “brasileira”; já quando era uma militante conhecida, os adjetivos utilizados eram “marginada”, “refugiada” ou “asilada”.

Em relação aos quatro principais nomes - Zillah Murgel Branco, Rosemery de Souza Gomes, Maria Lúcia Lepescki, Maria do Carmo Brito - os respectivos objetivos, com os informes e a maneira como as mulheres eram registradas, são muito dessemelhantes. Os informes sobre Zillah Murgel Branco, em sua grande maioria, tiveram como foco informar sobre as suas publicações (que estariam sendo enviadas em anexo, apesar dos documentos não os carregarem atualmente) e reuniões nas quais esteve presente; ela foi citada como “refugiada”, “refugiada política”, “jornalista” e “asilada”¹⁰.

Por sua vez, sobre Rosemery de Souza Gomes é possível perceber a constituição de uma narrativa. O primeiro informe apresentara que ela estava sendo procurada pela polícia chilena por ter sido a última “amante” de Carlos Altamirano¹¹. No informe seguinte, segundo com seu nome, que ela buscava a repatriação ao Brasil, juntamente com sua mãe e filho (de pai desconhecido). Quanto ao terceiro, o registro foi de que Rosemery conseguiu a requerida repatriação e estava retornando ao Brasil¹². Suas atribuições, a partir dos informes, foram de “amante”, “irmã de uma terrorista” e “refugiada”.

Já, sobre Maria Lúcia Lepecki, as informações levantadas pelo CIEEx estiveram focadas em sua atuação profissional, como professora da Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa, registrando entrevista concedida à TV, publicação de reportagem sobre a pesquisa de um orientando, prêmio recebido, e contatos com o comunismo; de modo geral, a ela se referem como “cidadã”, “marginada”, “professora da Faculdade de Letras” e “comunista”¹³. Por último, sobre Maria do Carmo Brito foram assinaladas as reuniões em que esteve

¹⁰ Levantamento realizado a partir dos informes número 27/1973, 24/1976, 38/1976, 43/1976, 66/1976, 95/1976, 153/1976, 187/1976, 237/1976, 293/1976, 432/1976, 460/1976, 43/1977, 95/1977, 136/ 1977, e 284/1977 do Centro de Informação do Exterior - CIEEX.

¹¹ Carlos Altamirano foi um advogado chileno e membro do Partido Socialista de Chile. Teve grande destaque como líder da Unidad Popular durante os anos de 1969 até 1973. Também foi secretário geral do Partido Socialista, entre 1971 e 1979. Após este período, exilou-se na Alemanha e, depois, Paris, onde permaneceu até o ano de 1993. Conforme: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Carlos_Altamirano_Orrego visitado em 10 de agosto de 2018.

¹² Levantamento realizado a partir dos informes de números 655/1973, 507/1974 e 540/1974 do Centro de Informação do Exterior - CIEEX.

¹³ Levantamento realizado a partir dos informes de números 333/1973, 321/1976 e 292/1977 do Centro de Informação do Exterior - CIEEX.

presente, a realização de seminários sobre a “realidade brasileira”, que ministrou no Chile, e as viagens que fez com o marido Chizuo Osava; em geral, ela foi denominada de “asilada”, “refugiada” e “esposa”¹⁴.

Por sua vez, acerca do feminismo ou organizações de mulheres, entre os 2.725 visualizados, foram encontrados apenas 8 informes que tiveram o movimento de mulheres como tema principal/objeto do índice. Como pode ser visto na Tabela 3, a maioria deles teve como objetivo os registros da “Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)”, do “Movimento Democrático de Mulheres (MDM)” de Portugal, e do Dia 8 de Março. Apenas três - 17/1973, 245/1973 e 16/1977 - deles assinalam a participação de mulheres brasileiras, como também pode ser visto abaixo na Tabela 3.

Apesar do movimento feminista estar se difundindo na Europa durante o período recortado, e inclusive entre as mulheres brasileiras exiladas, não foram encontrados registrados sobre os grupos de consciência organizados por mulheres brasileiras no exterior, como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris ou o Nosotras. Como já dito, os registros eram emitidos a partir das informações conseguidas por meio dos infiltrados nos grupos, o que me faz considerar também que muitos sujeitos não eram observados. Além disso, cabe sinalizar que sobre a atuação dos exilados na cidade de Paris existem poucos registros, o que pode significar, também, pouca observação para com os grupos citados acima.

Tabela 3 - Informes sobre movimento de mulheres ou feminista.

Nº	Índice	Data
17	Chile. Marcia Ziller. “A. C. B. S.”. Asilados brasileiros.	03/01/1973
245	Chile. “Dia internacional da Mulher”. Asilados brasileiros. Marcia Ziller	09/05/1973
376	Portugal. URSS. “Movimento Democrático das Mulheres (MDM)”. Visita a URSS de delegação portuguesa.	01/11/1976
424	Portugal. “Federação Democrata Internacional das Mulheres (FDIM)”. “Movimento Democrático das Mulheres (MDM)” portuguesas. Reunião Anual.	26/11/1976
453	Portugal. “Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)”. “Movimento Democrático de Mulheres (MDM)” portuguesa.	03/12/1976
16	Portugal. “FDIM”. “MDM”. Asilados brasileiros. Maria Nazareth Cunha da Rocha. “Ditinha”.	10/01/1977
138	Portugal. Comunismo. “Comissão Unitária de Mulheres contra o Aumento do Custo de Vida”.	18/03/1977

¹⁴ Levantamento realizado a partir dos informes de números 100/1973, 212/1973, 133/1976 e 226/1977 do Centro de Informação do Exterior - CIEEX.

150	Portugal. Comunismo. “MDM”. “MLN”. “Dia Internacional da Mulher”.	30/03/1977
-----	---	------------

Fonte: Elaborada pela autora a partir de levantamento realizado com os informes do CIEEx.

Por outro lado, a preocupação com o MDM, organização portuguesa, e a FDIM, organização de caráter internacional, carregam em si um tipo de preocupação por parte do CIEEx. A FDIM era uma organização de mulheres e mantinha relações com membros dos Partidos Comunistas, embora não fosse exclusivamente deste Partido; por exemplo, a pcbista Ana Montenegro foi a representante brasileira na FDIM durante os anos de 1970¹⁵. Sobre a MDM, é possível aferir que se tratava também de uma organização de mulheres, formada pela influência do Partido Comunista Português (PCP), que lutava pela paz e possuía caráter antifascista, democrata e anticolonial, mantendo relação estreita com a FDIM (TAVARES, 2008). De certa maneira, é possível afirmar que o que foi alvo de investigação e dos informes do CIEEx, e o que era conceituado como militância, estava atravessado pela busca por movimentos de mulheres, não necessariamente feministas¹⁶, e que tivessem relações estreitas com partidos comunistas.

Esta situação também pode ser percebida com relação aos informes nº 17/1973 e 245/1973, que assinalam sobre a atuação de Márcia Ziller, e ao informe nº 16/1977, que fala sobre as participações de Maria Nazareth Cunha da Rocha e de “Ditinha”. Os dois primeiros, a respeito de Márcia Ziller, narram, respectivamente, sobre sua participação na Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade¹⁷, e como dirigente do “Comitê feminino do PCB”¹⁸ e sobre um ato comemorativo do 8 de março, com a presença de Hortensia Bussi de Allende¹⁹ e de Márcia Ziller, representante do “Comitê Provisório de Mulheres Brasileiras no Exterior (CPMBE)”. Já, sobre Nazareth Cunha da Rocha e “Ditinha”, o informe apresenta suas

¹⁵ Para saber mais ver BACK, 2011.

¹⁶ O movimento de mulheres diferencia-se daquele feminista em virtude do segundo exigir direitos específicos às mulheres e que buscam garantir a igualdade. No entanto, alguns movimentos de mulheres que tenham isso em pauta rejeitam o termo “feminista” pôr o considerarem pequeno burguês ou divisionista de outras lutas, como aquela atreladas à classe. Por último também, os termos “movimentos de mulheres” e “movimento feminista” assumem diferentes significados em diferentes contextos. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144)

¹⁷ Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS) era uma associação de auxílio mutuo entre os exilados que viviam no Chile.

¹⁸ O *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior* foi um primeiro agrupamento de mulheres organizado no Chile pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, posteriormente, possibilitou a constituição da Seção Feminina do PCB organizada na Europa. Para saber mais ver: BACK, 2011; COSTA, et al, 1980.

¹⁹ Esposa de Salvador Allende.

respectivas participações, como representantes da “seção feminina” do “Comitê Pró-Anistia Geral do Brasil”²⁰, na reunião da FDIM. Em outras palavras, os três informes destacaram a atuação dessas mulheres em grupos femininos e que tais grupos ou eram extensões diretas ou, em algum momento, mantinham vínculos com o PCB.

Por último, alguns informes precisam ser destacados. Foram encontrados dois informes, 30/1976 e 241/1977, que relataram respectivamente sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e a senhora Zerbini, sendo, provavelmente, Terezinha Zerbini, mentora do MFA, e um informe, número 193/1977, em que a Embaixada do Brasil em Lisboa foi procurada por violência doméstica cometida por um exilado à sua esposa portuguesa. Em função do volume de documentos, tanto os informes citados acima quanto a comparação com a maneira como os homens eram registrados pelo CIEEx serão objeto de texto futuro.

Considerações finais

As possibilidades de pesquisas, a partir deste levantamento são diversas, como: a demarcação de posições de sujeitos em determinados espaços/tempo, levantamento de nomes de ativistas para possíveis contatos/ entrevistas e maneira como o CIEEx focava sua vigilância em determinados sujeitos ou via mulheres e suas militâncias. De modo geral, o número menor de informes e registro das mulheres e do não registro das organizações feministas explicitam que as mulheres e suas militâncias não eram alvos privilegiados do CIEEx. Como pode ser visto, foram encontradas apenas 10,46% de nomes de mulheres (em relação ao número total de nomes) citados no índice. Por outro lado, dentro do texto o número aumentou para 17,78% dos nomes de brasileiros citados, o que teve significativo aumento em função das listas registradas durante os anos de 1973 e 1974, onde as mulheres foram inventariadas independentemente de vigilância específica ou participação em reuniões.

Apesar do baixo registro, alguns dados foram extraídos destes materiais a fim de perceber, principalmente, as mulheres que tiveram destaque para o CIEEx, como os nomes de Zillah Murgel Branco, Rosemary de Souza Gomes, Maria Lúcia Lepescki e Maria do Carmo Brito. Os significados aferidos às mulheres (e, especificamente, àquelas citadas acima) pelos

²⁰ De acordo com Rodrigo Pezzonia, o Comitê Pró-Anistia era apartidária e reuniu pessoas de diferentes procedências, como da luta armada e do PCB. No entanto o PCB manteve apoio a tal organização somente até o ano de 1976 (PEZZONIA, 2017, p. 163).

informes variaram entre categoria, práticas profissionais, militância, e em função das suas relações afetivas, como, respectivamente, “asilada”, “refugiada”, “professora”, “pianista”, “líder estudantil”, “marginada”, “esposa” e “amante”. Por outro lado, em função do grande volume dos documentos, ainda não foi possível fazer comparações com a maneira como os homens eram observados pelo CIEEx; muito embora seria pouco provável serem caracterizados como “amantes” ou “esposos”.

De modo geral, o CIEEx não foi capaz de conceber o movimento feminista como uma prática política, o que limitou os informes aos movimentos femininos e que tinham algum tipo de vínculo com Partidos Comunistas. Nesse sentido, não foram registrados quaisquer documentos sobre os grupos de consciência organizados no exterior durante os anos de suas existências. O que me faz considerar que durante a ditadura os órgãos de vigilância não se importavam muito com as mulheres e os movimentos feministas. Questão muito diferente da atualidade onde mulheres feministas ou não feministas, que se identificam como mulheres (sejam elas cisgênero sejam transgênero), chamaram atenção do mundo e causam grande preocupação dos grupos conservadores, como o Movimento “Mulheres Unidas contra o Bolsonaro”²¹ de 2018. Tal preocupação está relacionada diretamente com o crescimento direto do movimento de mulheres e pela luta e inclusão de suas pautas no debate público e cotidiano.

O levantamento que realizei, pautado em nomes citados no índice e no texto e o que os índices registravam, indicaram quem eram objetos e que questões eram importantes para a difusão e a vigilância por parte do CIEEx. De modo geral, o que me faz considerar que utilizar somente estes documentos, a fim de pensar a história das mulheres e das relações de gênero, limita algumas histórias e narrativas sobre o passado das militâncias das mulheres e de seus respectivos movimentos empreendidos no exterior durante o período recortado. Nesse sentido, o cruzamento dos informes do CIEEx com as memórias trará uma interessante contribuição

²¹ “Mulheres Unidas contra o Bolsonaro” é um movimento de mulheres, cisgênero ou transgênero, que reuniu-se no ano de 2018 com o objetivo de impedir a eleição de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da República do Brasil para as eleições decorrida naquele ano. Tal movimento já juntou mais de 2 milhões e 500 mil mulheres na comunidade do Facebook (que inclusive foi hackeada), utiliza-se da ou a *hashtag* “#Elenão” e “#Elenunca”. Além disso, organizou manifestações no Brasil e no mundo que aconteceram, respectivamente, no dia 29 de setembro e 20 de outubro de 2018. Para saber mais ver: Jair Bolsonaro: Why Brazilian women are saying #NotHim. In: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45579635> visitado em 21 de setembro de 2018.

para esta pesquisa. Por último, a organização permitiu a constituição de uma base de dados experimental (a partir do *software* livre Zotero), no qual hoje posso realizar pesquisas pelos nomes vinculados nos informes.

Fontes:

Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informação do Exterior - CIEEx, informes dos anos de 1973 até 1979.

Referências:

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. São Paulo: Alameda, 2014. Impressão realizada em 2016.

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARLOS Altamirano Orrego: Reseñas Biográficas. Conforme:

https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Carlos_Altamirano_Orrego visitado em 10 de agosto de 2018.

COSTA, Albertina de Oliveira; et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORAZA DE LOS SANTOS, Enrique. Migraciones Forzadas en América Latina en Perspectiva Comparada. **Projeto História**, São Paulo, v. 53, p. 11-55. Ago/ 2015.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 144-148.

GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: Troca desigual e mercado historiográfico.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c1989.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12º ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JAIR Bolsonaro: Why Brazilian women are saying #NotHim. In: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45579635> visitado em 21 de setembro de 2018.

JENSEN, Silvina. Exilio e Historia reciente. Avances y perspectivas de un campo en construcción. **Aletheia**. Revista de la Maestría de Historia y Memoria, vol. 1, n. 2, p. 01-21, La Plata, 2011. Disponível em: <http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/splash> Acesso em: 18 de maio de 2017.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LAQUEUR, Thomas. **A invenção do sexo**. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

MUHLEN, Bruna Krimberg Von; STREY, Marlene Neves. Identidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Editora UFGD: Dourados, 2016.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 52, n. 2 p. 43-62, 2009.

_____. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul/dez 2008.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em Português: política e vivência dos brasileiros em Portugal (1974-1982)**. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul-dez. 1995.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **La política del destierro y el exilio en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 2008. 625 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Estudos Sobre As Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa, 2008.